**Proposta de ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2024/2025**

**SINDICATO DOS PROFESSORES EM ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL** – SIMPROEP-, CNPJ n. 07.695.678/0001-85, neste ato representado (a) por sua Presidente, Sr(a). KARINA BARBOSA DE JESUS DA SILVA;

E   
  
**O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA- DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL**- SESI-DF, CNPJ n. 03.803.317/0001-54, neste ato representado (a) por seu Diretor Regional, Sr(a) JAMAL JORGEL BITTAR; CPF Nº 194.413.711-49.

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2024 a 30 de abril de 2025 e a data-base da categoria em 01º de maio.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **professores, orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos,** com abrangência territorial no **Distrito Federal**.

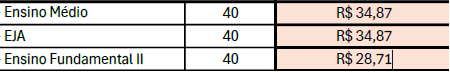
**SALÁRIOS, REAJUSTES, ABONO E PAGAMENTO**

**REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE SALARIAL**

O salário-aula dos professores abrangidos pela presente Convenção Acordo Coletivo será reajustado em 1° de maio de 2024, tomando-se por base o salário-aula pago no quinto dia útil de maio de 2024, com a aplicação de reajuste 4,0% (quatro porcento), considerando que as entidades tiveram implementado Plano de Cargos e Salários com efeitos para o mês de maio de 2024.

**CLÁUSULA QUARTA – VALORES DE HORA AULA**

****

**PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

**CLÁUSULA QUINTA – CONTRACHEQUE**

O SESI-DF fornecerá ao docente comprovante de pagamento (contracheque) em que constem, além dos créditos e descontos mensais, sua carga horária mensal, o valor da hora-aula e o repouso semanal remunerado, se horista, ou salário base se mensalista, e o valor a ser creditado na conta vinculada do FGTS.

**DESCONTOS SALARIAIS**

**CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS**

O SESI-DF poderá descontar de seus empregados **professores**, orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos do SESI-DF, em folha de pagamento, os valores decorrentes dos danos causados ao seu patrimônio ou de terceiros, por conduta dolosa ou culposa do empregado, devidamente apurada em processo administrativo, no qual será garantido ao empregado a ampla defesa e o contraditório.

**Parágrafo Primeiro.** No processo administrativo para apurar a conduta do empregado, será assegurada a participação do Sinproep-DF, caso o Sindicato entenda oportuno. Para tanto, o SESI-DF irá notificar o Sinproep-DF para que manifeste seu interesse ou não em acompanhar o processo.

**Parágrafo Segundo.** O desconto referido no *caput* desta cláusula poderá ser parcelado até o limite de 10% (dez por cento) da remuneração mensal do empregado, até que alcance o valor total do prejuízo causado.

**GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

**CLÁUSULA SÉTIMA - HORA DE COORDENAÇÃO**

É assegurado ao docente o pagamento de 3 (três) horas-aula semanais, relativas à atividade de coordenação, mediante o registro do comparecimento do professor em ata. As reuniões de coordenação serão convocadas previamente por ato da Direção/Coordenação Pedagógica e realizadas, por segmento, da seguinte forma: Ensino Fundamental Anos Final Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

**AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÕES**

O empregador fornecerá alimentação subsidiada a todos os empregados, por meio dos refeitórios instalados nas unidades.

**CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

**DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Em caso de atraso no pagamento das verbas rescisórias, desatendidos os prazos legais, será aplicada a multa prevista em lei.

**Parágrafo Primeiro** – É obrigatória a assistência gratuita do Sinproep-DF nas rescisões contratuais por pedido de demissão, demissão sem e com justa causa. A assistência gratuita do Sinproep dar-se-á de forma obrigatória quando o tempo de serviço for superior a 06 (seis) meses.

**Parágrafo Segundo -** A homologação da rescisão será realizada presencialmente no Edifício Sede da FIBRA, conforme permitido pela Lei nº 13.467, de 2017. A comunicação da homologação ocorrerá via e-mail (sinproepdf.jus@gmail.com) com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data agendada para a homologação e a documentação (TRCT e Termo de Homologação), será encaminhado no mesmo e-mail (sinproepdf.jus@gmail.com), com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis antes da data agendada para a homologação.

**Parágrafo Terceiro** - Caso seja de interesse do homologado, ele poderá comparecer na Sede do Sinproep após a homologação da rescisão para solicitar análise dos documentos por parte do Sindicato.

Parágrafo Quarto: Em caso de questionamento por parte do Sinproep ou ressalvas na homologação da rescisão, o SESI-DF, tem até 10 dias para se posicionar.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA**

Na ocorrência de demissão por justa causa, o SESI-DF fornecerá, quando solicitado formalmente pelo empregado demitido, documento no qual conste descrição dos fatos que ocasionaram a demissão.

**Parágrafo Único –** O procedimento administrativo que amparar os motivos da justa causa ocorrerá de forma a manter a integridade moral do empregado envolvido.

**CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – APLICAÇÃO DA SUMULA 10/TST**

Será assegurado aos professores o pagamento dos salários no período que intermediar entre um e outro período de aulas (com alunos) e, se despedido, sem justa causa, no término do ano letivo ou no curso do mencionado período, também fará jus aos referidos salários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Caso o professor seja demitido sem justa causa até o dia 30 (trinta) de dezembro ou 30 (trinta) de junho para a escola que adota o calendário do hemisfério norte, receberá o pagamento conforme a Lei n° 9.013/1995 e a Súmula 10 do TST, a partir do término do referido aviso-prévio, ainda que indenizado, em razão de sua projeção, não havendo, portanto, cumulatividade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Quando o aviso-prévio demissional (indenizado ou não), sem justa causa, for comunicado ao professor além das mencionadas datas-limites, estabelecidas no parágrafo primeiro, fica assegurado o pagamento decorrente do período cumulativamente com o aviso-prévio.

**RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**

**NORMAS DISCIPLINARES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS**

No ato de homologação da rescisão contratual e de pagamento das verbas rescisórias, o empregado deverá proceder à devolução:

* CARTEIRA USUÁRIO SAÚDE SESI (titular e dependentes) (quando houver)
* CRACHÁ
* UNIFORMES (quando houver)
* COMPUTADOR PORTÁTIL – NOTEBOOK (quando houver)
* CARTÃO DO PLANO DE SAÚDE

**OUTRAS ESTABILIDADES**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA (APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO)**

Os professores, orientadores educacionais e coordenadores pedagógicos abrangidos pelo presente ACT gozarão de garantia no emprego nas seguintes hipóteses:

1) ESTABILIDADE – Nenhum professor terá seu contrato rescindido, no curso dos 12 (doze) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria voluntária, desde que apresente documentação hábil e que seja empregado da empresa por período igual ou superior a 05 (cinco) anos, devidamente comprovados, ressalvados os casos de falta grave ou impossibilidade econômica do SESI-DF. A presente estabilidade cessará tão logo o empregado adquira o direito aqui protegido (Precedente Normativo nº 85/TST);

2) ESTABILIDADE PROVISÓRIA – Nenhum professor pode ter seu contrato de trabalho rescindido nos seguintes períodos:

 a) de 1º (primeiro) de abril a 30 (trinta) de junho;

 b) de 1º (primeiro) de setembro a 30 (trinta) de novembro.

**Parágrafo Primeiro –**Para efeito de estabilidade, a rescisão do contrato de trabalho se opera na data em que se deu o cumprimento do período fixado no aviso prévio, mesmo que indenizado (em face de sua projeção).

**Parágrafo Segundo –**O disposto nesta cláusula não se aplica:

 a) na ocorrência de justa causa (arts. 482 e 483, da CLT), pedido de demissão, aposentadoria, morte e acordo entre as partes;

 b) não tendo o professor, na data da rescisão, 12 (doze) meses de contratação, pelo SESI-DF.

**Parágrafo Terceiro –**Não se enquadram no disposto nesta cláusula os Orientadores Educacionais e Coordenadores Pedagógicos.

**JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS**

**DURAÇÃO E HORÁRIO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DURAÇÃO DA AULA**

A aula terá duração máxima de:

a) 50 (cinquenta) minutos para os cursos, etapas e níveis do ensino regular.

**PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRABALHO EXTRA**

Não será exigido do professor abrangido por este Acordo Coletivo, horas extraordinárias de trabalho que excedam o seu horário contratual semanal. Caso ocorram, o pagamento deverá ser feito com acréscimo de:

a)    50% (cinquenta por cento), se realizada de segunda a sábado; e

b)    100% (cem por cento), se realizada aos domingos e feriados.

**Parágrafo Único –** De acordo com as normas da Instituição, qualquer trabalho extraordinário somente poderá ser realizado precedido de solicitação e autorização formal da chefia imediata.

**INTERVALOS PARA DESCANSO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INTERVALO**

É assegurado um intervalo diário, por turno de trabalho, para descanso do professor de, no mínimo, 15 (quinze) minutos.

**Parágrafo Primeiro.**  SESI-DF remunerará o intervalo da jornada de trabalho dos professores como tempo à disposição do empregador.

**Parágrafo Segundo.**Os orientadores educacionais e os coordenadores pedagógicos terão direito ao intervalo para descanso previsto no *caput*desta cláusula, mas não serão remunerados como tempo à disposição do empregador, tendo em vista que tais empregados exercem atividades administrativas e a respectiva jornada de trabalho é diversa da dos professores.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DESCANSO INTRAJORNADA**

Conforme o Artigo 611-A do Decreto-Lei nº 5.452 de 01 de maio de 1943, fica permitido o intervalo intrajornada, respeitando-se o limite mínimo de trinta minutos para jornadas superiores a seis horas (Incluído pela Lei nº 13.467, de 2017).

**CONTROLE DA JORNADA**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CARGA HORÁRIA**

O horário de aula será elaborado no início do semestre letivo, em comum acordo e por escrito, entre o SESI-DF e o professor.

**Parágrafo Primeiro –** A modificação do horário, após o início do semestre letivo, deverá ser de comum acordo e por escrito, entre o SESI-DF e o professor.

**Parágrafo Segundo –**Ocorrendo redução na carga horária por acordo entre as partes ou devido à redução de turmas, ou ainda, por mudança da grade curricular, o professor poderá permanecer no SESI-DF com remuneração correspondente à nova carga horária resultante, não se configurando, nesses casos, modificação unilateral do contrato de trabalho ou redução salarial.

**Parágrafo Terceiro** **–** Nas hipóteses do parágrafo segundo a solicitação por acordo entre as partes e a comunicação da diminuição, por parte do SESI-DF, deverá ser feita por escrito.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CONTROLE ALTERNATIVO DE JORNADA**

Fica instituído o controle alternativo de jornada, de acordo com a Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego.

**FALTAS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS**

As faltas serão abonadas conforme Ato Normativo Conjunto nº 097/2022 vigente.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO BANCO DE HORAS**

Horas positivas:

As horas extras que excepcionalmente venham a ser realizadas a partir de 01 de outubro de 2022 deverão ser compensadas, impreterivelmente, até 180 dias após a sua realização. Caberá ao gestor imediato estabelecer, juntamente com o empregado, o período de gozo das horas creditadas.

Não tendo sido possível compensá-las após 180 dias de realizadas, tais horas serão creditadas em pecúnia.

O excesso de horas praticadas em um dia poderá ser compensado com o correspondente abatimento das horas em outro dia, previamente acordado com o gestor.

Em hipótese alguma a jornada do empregado pode ultrapassar o limite de duas horas extras diárias e 44 horas semanais.

Horas negativas:

O mesmo critério será aplicado para o saldo negativo de horas, ou seja, se o empregado produzir saldo negativo de horas, a partir de 01 de outubro de 2022, deverá repor até o limite de 180 dias depois das ocorrências.

Caso esse período seja ultrapassado e o empregado não tenha conseguido repor as horas devidas, sofrerá os descontos no seu pagamento ao final do prazo.

As horas negativas, alinhadas previamente com o gestor, praticadas em um dia, poderão ser pagas em outro dia. Em nenhuma hipótese as horas negativas poderão ser pagas aos domingos e feriados.

Horas não trabalhadas sem a devida justificativa e/ou autorização prévia do gestor imediato serão descontadas no mês de referência.

É proibida a compensação no horário destinado ao intervalo intrajornada, ou seja, no horário de almoço.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RECESSO**

Fica assegurado aos professores recesso remunerado de acordo com o calendário escolar do SESI/DF.

**Parágrafo Primeiro**– Ocorrendo redução na carga horária por acordo entre as partes ou devido à redução de turmas, ou ainda, por mudança da grade curricular, o professor poderá permanecer no SESI-DF com remuneração correspondente à nova carga horária resultante, não se configurando, nesses casos, modificação unilateral do contrato de trabalho ou redução salarial.

**Parágrafo Segundo –** Após o encerramento das atividades letivas com os alunos, somente será permitida a retenção dos docentes, respeitadas as respectivas cargas horárias e horários de trabalho, para “conselhos de classes” e/ou “avaliação dos processos pedagógicos” do ano que se encerra, limitado a até 05 (cinco) dias úteis para o Ensino Fundamental e/ou Médio e Educação de Jovens e Adultos e até 03 (três) dias úteis para a Educação Infantil e primeiro e segundo ano do Ensino Fundamental. Por tais serviços, já embutidos na remuneração do art. 322 da CLT, não haverá pagamento de horas-extras.

**Parágrafo Terceiro –** No recesso letivo do fim de ano ou do meio de ano, o professor só poderá ser convocado para a participação em “encontros pedagógicos”. Entende-se por “atividades preparatórias de início de semestre letivo” os encontros pedagógicos, as reuniões, as orientações, as palestras, a confecção e a organização de materiais educacionais. A duração dos encontros pedagógicos será de até cinco dias úteis que antecedem o início das aulas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INTERCALAÇÃO**

O SESI-DF poderá ampliar a jornada de trabalho conforme concordância das partes e vacância no quadro de horário para os professores que tiverem disponibilidade e solicitem a ampliação da carga horária para mais de um turno, desde que não ultrapasse a jornada de trabalho semanal estabelecida legalmente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HORÁRIO JANELA**

Sempre que, no horário de aulas do professor, houver ocorrência de aula vaga "janela", aquelas intercaladas entre aulas efetivamente trabalhadas no mesmo turno, será obrigatório o pagamento do salário-aula correspondente à mesma, não havendo incorporação à carga horária do professor.

**Parágrafo  Primeiro –** Os horários de coordenação serão considerados como aulas para verificação da existência da “janela”.

**Parágrafo Segundo –** No horário em que se verificar uma janela, o professor estará à disposição do SESI-DF, que poderá lhe destinar outro trabalho docente.

**FÉRIAS E LICENÇAS**

**DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS**

Serão concedidas férias coletivas aos professores, orientadores e coordenadores, a serem gozadas preferencialmente no mês de janeiro de cada ano. Esse período poderá ser readequado em função da aprovação do Calendário Escolar, se necessário for, de forma a garantir ao SESI-DF, até 10 (dez) dias de retorno antes do início do ano letivo, para realização da Semana Pedagógica. Esses prazos ocorrem para ter mais flexibilidade na organização do evento antes do início das aulas.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PARA MANDATO SINDICAL**

Sempre que formalmente solicitado, o SESI-DF poderá conceder licença **não remunerada** aos professores eleitos para mandato sindical.

**RELAÇÕES SINDICAIS**

**REPRESENTANTE SINDICAL**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - REPRESENTANTE SINDICAL**

No interesse recíproco das partes, o SESI-DF poderá aceitar a indicação de um de seus professores para atuar como Representante Sindical, desde que escolhido pela maioria absoluta dos professores que trabalham na Entidade.

**Parágrafo Único –**Com solicitação prévia, por escrito, e autorização da Direção, fica assegurada a presença de dirigentes do Sindicato nas dependências do SESI-DF, para tratar de assuntos eventualmente não resolvidos com o Representante Sindical.

**CONTRIBUIÇÕES**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL**

TAXA ASSISTENCIAL LABORAL *–* A taxa assistencial laboral do ano de 2023 não será cobrada e descontada dos empregados. Nos anos seguintes o SESI-DF procederá ao desconto de valor, de acordo a ser discutido na Assembleia dos professores, **,** no primeiro pagamento após o reajuste dos salários, a título de Contribuição Assistencial, em favor do SINPROEP/DF. O desconto da taxa assistencial será efetuado apenas dos professores que não são sindicalizados.

**Parágrafo Primeiro:**O SESI-DF procederá o desconto em folha das mensalidades sindicais dos Professores, Coordenadores e Orientadores sindicalizados, conforme autorização individual prévia e expressa constante à ficha de filiação ao SINPROEP-DF, ou outro documento similar, independente da escola que esteja o professor ou lista de sindicalizados encaminhada pelo sindicato, desde que enviada ao estabelecimento de ensino com (30) trinta dias de antecedência da data do repasse.

O valor da Mensa*lidade Sindical a partir da vigência do presente ACT   para os professores sindicalizados do ensino fundamental será de R$ 33,41 e do ensino médio de R$ 37,73*. A partir de 1º de maio de 2024, os mesmos valores serão corrigidos na mesma proporção da data base.

**Parágrafo Segundo:**Os respectivos valores serão repassados ao SINPROEP-DF, através de boleto bancário até o dia 10 de cada mês, após o vencimento terá pena de acréscimos e juros de mora de 1% (um por cento), capitalizados mensalmente, multa de 10% (dez por cento) e correção monetária sobre os valores.

**Parágrafo Terceiro:**O SINPROEP-DF enviará para o SESI/DF o boleto bancário referente a mensalidade sindical, até o dia 25 de cada mês, com vencimento até o dia 10 do mês subsequente, para que seja efetuado os repasses. Caso o estabelecimento não receba o respectivo boleto bancário até o dia 25 do mês de competência, deverá comunicar ao SINPROEP/DF por e-mail para que seja enviada 2ª via, não podendo se eximir da multa prevista no parágrafo anterior caso os valores devidos não sejam satisfeitos até o dia 10 do mês subsequente. Os estabelecimentos de ensino, ao efetuarem o pagamento, enviarão pelos correios ou e-mail financeirosinproepdf@gmail.com, o comprovante de pagamento das contribuições com a listagem dos professores com nome, CPF e valor descontado.

**OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS**

Mediante autorização prévia da Direção da Escola, é facultada ao SINPROEP/DF a fixação de quadro de aviso na sala dos professores, para informações à categoria.

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**OUTRAS DISPOSIÇÕES**

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DIA DO PROFESSOR**

No dia 15 de outubro, data consagrada ao professor, não haverá expediente, exceto no caso previsto no parágrafo único desta cláusula.

**Parágrafo Único –** Nos anos em que o Dia do Professor e o feriado nacional do Dia de Nossa Senhoria Aparecida caírem em dias de uma mesma semana (segunda a sábado), a comemoração do dia 15 de outubro poderá ser removida para outro dia, de forma que anteceda ou suceda o dia 12 de outubro.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HABEAS DATA**

O SESI-DF, quando formalmente solicitado, prestará ao empregado requerente, informações, observações, assentamentos e avaliações ao seu respeito, mantidos pelo SESI-DF.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E MEDIAÇÃO**

O SINPROEP/DF instituirá/manterá Comissão de Conciliação Prévia - CCP com o SESI-DF, de acordo com a Lei n. 9.958/2000, ficando estabelecida, ainda, a forma de assistência de Mediação, como instrumento de estímulo ao uso de medidas alternativas ágeis de autocomposição e heterocomposição, disponibilizadas aos seus representados, e visando o atendimento do disposto na Constituição Federal, Art. 5º, inciso LXXVIII, e nos artigos 507-B, da CLT, introduzidos pela Lei nº 13.467/2017, as quais funcionarão na conformidade das normas legais de sua regência e dos seus respectivos regulamentos aprovados pelos convenentes.

**Parágrafo Primeiro.** As entidades convenentes promoverão ações visando o fortalecimento da CCP, conscientizando empregados e empregadores sobre os benefícios da conciliação perante a Comissão de Conciliação Prévia, e da assistência na forma de Mediação, conforme for o caso.

**KARINA BARBOSA DE JESUS DA SILVA**   
PRESIDENTE   
SINDICATO DOS PROFESSORES EM ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL   
  
  
**JAMAL JORGE BITTAR**

DIRETOR REGIONAL

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA- DEPARTAMENTO REGIONAL DO DISTRITO FEDERAL